

DF

SAÚDE ■ Promotor antecipa que culpa por danos no HDB não é de roedores

Vistoria dirá se foram ratos que danificaram equipamento

Rosane Garcia

Um físico da Agência Nacional de Vigilância Sanitária deve- rá, nos próximos dias, vistoriar o setor de radioterapia do Hospital de Base. A inspeção sanitária foi pedida pela promotora de Justiça da Promotoria de Defesa da Saúde (Pró-Sus), Cátia Gisele Vergara, preocupada não só com os danos que ratos teriam causado a equipamentos, mas, principalmente, com a higiene na área. No entanto, antes de qualquer laudo técnico da Anvisa, o promotor Jairo Bisol, adianta que não há roedores no setor.

De acordo com Bisol, a fiação do acelerador nuclear usado no tratamento de câncer passa por dutos que exigem, periodicamente, um trabalho de desratização. Ele não descarta que possa ter ocorrido falha nesse trabalho. Além disso, próximo ao local há um arquivo velho, que cria um ambiente propício à proliferação de roedores.



ARQUIVO JB

Jairo Bisol: na atual gestão existe transparéncia

— Mas a placa que queimou foi a centenas de metros da sala do acelerador — assegura Bisol.

De todos os problemas do setor de oncologia e radioterapia do Hospital de Base, os ratos são os menores. De acordo com a promotora Cátia Vergara, o projeto de reforma da setor está parado há mais de dois anos e não foi incluído no cronograma da anunciada recuperação do hos-

pital. Os sanitários estão em péssimas condições. Os pacientes submetidos a quimioterapia utilizam cadeiras desconfortáveis, em sua maioria doadas.

— Faltam medicamentos para quimioterapia que há décadas estão no protocolo de tratamento de câncer e não têm custo tão elevado — diz Cátia Vergara, que desde o dia 13 aguarda resposta da Secretaria de Saúde sobre os danos provocados nos equipamentos pelos roedores.

A promotora, desde outubro à frente da Pró-Sus, não se convence com o argumento da Secretaria de Saúde de que a pressão dos moradores do Entorno são as causas de todos os problemas da rede pública.

— Em média, a União cobre 70% dos gastos com medicamentos de alto custo, restando ao governo local complementar 30% da despesa — diz a promotora. — Caso a Secretaria de Saúde consiga comprar remédios mais barato, isso não altera para me-

nos o valor do repasse da União, mas reduz o gasto local.

Já o promotor Jairo Bisol assegura que não faltam medicamentos.

— Se falta, é menos de 1% — diz Bisol, que qualificou de invíridica a informação de que, em janeiro, R\$ 8 milhões ficaram retidos na conta do governo enquanto faltavam remédios na rede pública.

De acordo com Bisol, o governo não poderia dispor dos recursos que estavam empenhados para o pagamento de outras despesas.

Na comparação entre a gestão de José Geraldo Maciel e o antecessor Antônio Bernardino, o promotor diz que hoje há transparéncia. As compras são realizadas por meio de pregões eletrônicos. Bisol diz ainda que as reclamações de pacientes e as filas diante dos hospitais, exibidas pelas emissoras de TV, “não retratam a situação da saúde de maneira radiográfica”.